

Deborah James, *Money from nothing: indebtedness and aspiration in South Africa*. Stanford, Stanford University Press, 2014. 304 pp.

Viviane Marinho Fernandes

Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGAS/MN/UFRJ).

Deborah James, em *Money from nothing*, revela o quanto crédito e dívida estão interconectados. Não apenas porque, seguindo a coerência da transação, a partir do momento em que se faz um empréstimo, há também um crédito, mas, sobretudo, porque observando a circulação do dinheiro e acompanhando sua passagem de mãos, compreende-se que credores e mutuários, por vezes, não se distinguem. E é justamente nessa troca de papéis, nessa alternância de posições, nas contradições dos agentes e nos jogos de interesses que envolvem as relações de crédito e dívida que a autora se detém.

Ela afirma que passou a se interessar pelo tema do crédito e da dívida ao longo de seu período de campo na África do Sul, em 2006, quando o tópico em questão ganhava evidência nas conversas e em diferentes mídias, como jornais e programas de rádio, e também na esfera jurídica com a aprovação da Lei Nacional do Crédito (National Credit Act). Ao abordar a dívida, Deborah James dialoga com David Graeber (2011), sobretudo no âmbito das relações de poder desiguais, concebidas no atual sistema financeiro de crédito. No entanto, apesar de expressar sua admiração pela extensão do trabalho de Graeber, ela segue um caminho diferente, optando por uma análise local, neste caso, mais próxima ao trabalho de Parker Shipton (2011). Explora ideias e valores locais e concentra-se nas complexidades das transações financeiras e na própria compreensão da dívida, tendo por base as experiências, as relações e as práticas das pessoas.

Em vez de questionar as grandes premissas dos arranjos capitalistas ou interrogar sobre a consolidada convicção de que todos devem pagar suas dívidas, ela se aprofunda nas peculiaridades da transição econômica que ocorre na África do Sul após o *apartheid*. Nesse contexto, a autora concentra-se nas pessoas e nos modos como elas se envolvem nas dinâmicas de crédito e dívida, atentando para as consequências de longo prazo ocasionadas pela incapacidade de pagar os empréstimos. Com a intenção de explorar o modo como as pessoas vivenciam momentos de endividamento, a autora busca entender os usos do dinheiro sob uma perspectiva local de uma “economia humana” (Hart *et al.*, 2010), chamando atenção para os modos de troca, a dimensão temporal do crédito/dívida e as implicações morais das transações (Graeber, 2011; Shipton, 2011; Peebles, 2010; Guyer, 2004).

Vale reconhecer ainda o esforço de James de combinar seu trabalho etnográfico com estudos e pesquisas produzidos por economistas, almejando uma aproximação entre duas abordagens reconhecidamente distantes. Segundo ela, sua intenção foi explorar os materiais produzidos por economistas a fim de aprofundar algumas explicações e introduzir informações mais específicas, incluindo as visões familiares sobre poupança, investimento e administração de portfólios complexos (Collins *et al.*, 2010). Nesse sentido, as análises econômicas sul-africanas sobre renda, consumo, crédito, risco e endividamento são questionadas e aprofundadas na perspectiva dos estudos antropológicos.

Nascida na África do Sul, Deborah James, valendo de seu conhecimento sobre a história local e de sua rede de relações, ajusta o foco de sua etnografia para a “pequena escala” (p. 22). Desse modo alinha sua pesquisa aos estudos da antropologia da economia mais atentos às práticas econômicas locais e ordinárias; aos estudos que concebem a casa como local privilegiado para explorar o econômico. A autora descreve, com sutileza, o modo como decisões político-econômicas vêm interferindo na vida das

pessoas, ponderando, especialmente, os efeitos da combinação crédito/dívida nos arranjos familiares, nos casamentos, nas configurações das casas, nas práticas de poupança e investimento, nas obrigações entre amigos e parentes etc.

Seriam os sul-africanos esbanjadores ou moderados em relação ao consumo? As pessoas estariam insustentavelmente superendividadas ou os investimentos justificariam o uso do crédito? Elas teriam uma visão de curto ou longo prazo? Ao ampliar suas preocupações para além dos devedores, a autora questiona também as práticas do governo e dos credores. Por que é requerida a intervenção do Estado na relação entre agentes financeiros, credores e mutuários? Se os integrantes do mercado de crédito operam sobre a lógica do livre mercado autorregulado (como eles afirmam), como compreender o papel do Estado?

Se as questões propostas por Deborah James são diretas, as respostas a essas formulações, não. A obra, composta por uma introdução, sete capítulos e conclusão, correlaciona histórias que apresentam o crédito e a dívida envolvidos em diferentes temas: consumo, crescimento da classe média, regulação jurídica, clubes de compra, dinâmicas do mercado imobiliário, religião, programas de educação financeira etc. Tal diversidade leva a autora, no final da obra, a se desculpar pelas possíveis confusões produzidas por sua alternância de temas. No entanto, é por essa multiplicidade de cenários que atitudes prudentes ou perdulárias a respeito do uso do crédito se alternam ou se conectam, trazendo à tona um conjunto de práticas que mostra como são complexas as relações entre credores e mutuários. Justamente por querer ultrapassar a proposição de que “a dívida é ruim e o crédito é bom” (p. 35), James se concentra no que chamou de “histórias não contadas” (p. 227), atendo-se às experiências individuais, às convivências familiares, às relações profissionais e aos costumes locais. Busca evidenciar, nos contextos descritos, a circulação do dinheiro, focando a dívida, o crédito, a poupança, o consumo e os investimentos. As co-

nhecidas narrativas que associam os efeitos perversos da crise financeira à oferta imprudente do crédito e ao consumo desmedido são, então, deslocadas para dar lugar a formulações mais elaboradas – a autora procura reconhecer os motivos íntimos ou menos explícitos que levam os indivíduos ao endividamento, motivos esses que, observados de maneira apressada ou superficial, podem ser traduzidos em comportamentos irresponsáveis e práticas perdulárias.

O trabalho de campo conduzido por Deborah James entre 2007 e 2008, que originou o livro, fez parte de um esforço maior de pesquisa dedicado à investigação das economias populares e expectativas dos cidadãos na África do Sul. Ao entranhar-se nas dinâmicas das economias populares, queria examinar as práticas de poupança e investimentos, a posse de propriedades, a gestão dos negócios e, em um contexto mais amplo – que envolve aspirações e mobilidade social – compreender como o crédito e a dívida se ajustam às estratégias individuais e coletivas na direção de um estilo de vida desejado. Interessada, especialmente, em compreender o endividamento das pessoas, mas reconhecendo a dificuldade dos informantes em discutir suas finanças, ou o cuidado deles ao revelar determinadas atividades econômicas (formais ou informais), a autora orienta sua investigação por histórias recontadas, por informações transmitidas de forma mais geral, por comentários ou relatos menos precisos sobre os comportamentos dos outros. Enquanto constrangimentos morais desafiavam o aprofundamento de conversas mais particulares sobre despesas e dívidas, as descrições sobre práticas de poupança e investimento fluíam sem muitas ressalvas, deixando à mostra os distintos sentidos e valores atribuídos à produção e ao consumo. Mediante entrevistas e a observação participante, Deborah James conduz o estudo optando por explorar diferentes eventos, atores e lugares, associando constantemente o material etnográfico a outros dados oriundos do universo jurídico, jornalístico ou ficcional.

Para a autora, os motivos que particularizam o contexto econômico sul-africano estão correlacionados às recentes e rápidas transformações político-sociais que o país vem experimentando desde que foi abolido o *apartheid*, em 1994. As políticas de restauração dos direitos da população negra e a adoção de práticas econômicas com orientação neoliberal foram fatores que, segundo ela, contribuíram para que houvesse uma reconfiguração do estilo de vida das pessoas. Apesar de o termo “aspiração” ser uma categoria chave para Deborah James, presente no título e em toda obra, não há uma discussão cuidadosa sobre o conceito, nem mesmo indicações sobre como, etnograficamente, a categoria foi concebida. A autora discute como a ascensão social experimentada por uma parcela da população deu origem a novas aspirações pessoais e familiares – não apenas por aqueles capazes de realizá-las, mas também por integrantes de diferentes grupos sociais. O que James revela, a partir daí, é o modo como essas diversas aspirações e a extensão do crédito se conectam e produzem efeitos como aumento dos custos de casamentos, pressões para fazer investimentos, especulação imobiliária, divergências de interesses acerca do uso da propriedade ou sobre a alocação do dinheiro. Tais conflitos e disputas no espaço doméstico reformulam as divisões de gênero e as prioridades familiares, impõe obrigações ou criam expectativas entre homens, mulheres e famílias. Do ponto de vista da casa, são evidentes as misturas e os ajustes entre atividades econômicas orientadas pelo mercado e baseadas em contratos e os arranjos econômicos mais recíprocos, mais comunitários.

A pressão para satisfazer as expectativas relativas aos compromissos do casamento e às cerimônias funerárias ou os esforços para desempenhar com êxito o papel de mãe ou pai – mas também de tio(a), irmão(ã), avô(ó) etc. – fazem com que as pessoas recorram a um dinheiro futuro para cumprir expectativas presentes; ou, de modo disciplinado, façam investimentos e reservem recurso a fim de que, adiante,

estejam preparadas para cumprir as obrigações previstas. Nesses empreendimentos, os instrumentos econômicos – formais e informais, tradicionais e contemporâneos – misturam-se: privilegia-se um ou outro, ou são combinados vários, de acordo com as oportunidades e as estratégias adotadas.

Os clubes de poupança (*savings club* ou *stokvel*), apresentados no quarto capítulo, ilustram muitas das questões tratadas pela autora ao longo da obra. Conforme descreve James, esses clubes resistiram à introdução de novas tecnologias financeiras, extensamente promovidas pelo projeto de inclusão bancária sul-africano. Se, antes, a prática de acumular dinheiro em grupo, mediante contribuições regulares destinadas a objetivos específicos, foi menosprezada pelo governo e por instituições financeiras, qualificada como um costume arcaico e informal ou uma forma arriscada de investir o dinheiro, mais tarde, a prática foi reconhecida como um disciplinado hábito de poupança. Os clubes passaram, então, a ser estimulados e foram, até mesmo, incorporados ao portfólio de serviços ofertados pelos bancos em uma clara adaptação dos agentes econômicos a características sociais locais. No entanto, acompanhando esse percurso, é interessante notar que os clubes não apenas sobreviveram, mas também se reconfiguraram. Apesar de manterem vínculos comunitários e se basearem em uma lógica da reciprocidade, absorveram, em contrapartida, princípios de funcionamento próximos da lógica da economia de mercado, como a avaliação das condições financeiras de seus membros, investigação do histórico de crédito, empréstimo de dinheiro a juros, segmentação de clubes baseada no valor das contribuições e emprego de consultores financeiros para gestão de fundos. O artifício adotado por alguns clubes de exigir que seus membros tomassem dinheiro emprestado ou se encarregassem de emprestá-lo a terceiros cobrando juros embaraça ainda mais a posição dos participantes dos clubes: ao mesmo tempo que poupam, tomam emprestado e também emprestam. As distinções entre credores

e mutuários, agiotas e poupadores vão sendo borradadas. O interesse em rendimentos mais altos aproxima práticas de reciprocidade a práticas do mercado.

O papel do Estado ganha centralidade nas observações de James ao discutir a legislação sul-africana concernente ao crédito. Ao mesmo tempo que o governo atuava para possibilitar a expansão do crédito e ultrapassar os problemas ocasionados por uma “economia *dual*” (p. 118), marcada pela discriminação racial e exclusão de parte da sociedade, ele também buscava reparar as consequências não previstas do aumento do crédito, frequentemente intervindo nas práticas de empréstimos. No entanto, a cada ajuste proposto na relação entre credores e mutuários, novos problemas surgiam e novos acordos e regras precisavam ser desenvolvidos. Regular a expansão do crédito provou ser uma tarefa complicada. Superar os efeitos do *apartheid*, conciliando ideais de justiça e interesses de mercado, colocava os agentes do governo em constante tensão. Nesse sentido, os debates sobre o crédito dividiam-se: por um lado, o crédito era considerado um direito, por outro, era tratado apenas como um instrumento de mercado, com acesso restrito e destinado àqueles que o merecessem. A tentativa de classificar os agentes econômicos, reconhecer seus interesses, investigar os usos feitos das ferramentas financeiras, expunha, mais uma vez, a dificuldade de estabelecer demarcações. Entre confusas e sutis diferenças, as definições entre formal/informal, oficial/não oficial permaneciam perdidas.

Estaria a África do Sul vivenciando uma “epidemia de endividamento” ou experimentando uma “bonança propiciada pelo crédito” (p. 5)? As discussões promovidas em *Money from nothing* apontam para a impossibilidade de encontrar uma resposta única para essa pergunta. Diferentes histórias apresentam múltiplas perspectivas relacionadas com o uso do crédito. Os benefícios promovidos pela liberação política e econômica foram experimentados pelas pessoas de forma desigual. O crédito empregado no consumo ostensivo é o mesmo utilizado para

recuperar o bem-estar ou o conforto antes negados; serve ainda para cumprir obrigações familiares ou alcançar aspirações. Enquanto alguns possuem recursos para atingir suas aspirações e gerenciar obrigações, outros precisam agarrar todas as oportunidades para “fazer dinheiro”. Reconhecer que crédito e dívida são processos interconectados evitaria discutir a situação socioeconômica sul-africana de forma a apenas denunciar as desvantagens da dívida ou a comemorar os benefícios do crédito. Desafiando, a todo tempo, visões reducionistas, Deborah James mostra o quão difícil e improdutivo, nesse terreno, é diferenciar devedores e credores, bons ou maus protagonistas, criminosos e vítimas.

Referências Bibliográficas

- COLLINS, Daryl *et al.* (2010), *Portfolios of the poor: how the world's poor live on \$2 a day*. Princeton, Princeton University Press.
- GRAEBER, David. (2011), *Debt: the first 5,000 years*. Nova York, Melville House.
- GUYER, Jane. (2004), *Marginal gains: monetary transactions in Atlantic Africa*. Chicago, University of Chicago Press.
- HART, Keith *et al.* (2010), “Building the human economy together”. In: _____ (org.). *The human economy: a citizen's guide*. Cambridge, Polity.
- PEEBLES, Gustav. (2010), “The anthropology of credit and debt”. *Annual Review of Anthropology*, 39: 225-240.
- SHIPTON, Parker. (2011), *Credit between cultures: farmers, financiers, and misunderstanding in Africa*. New Haven, Yale University Press.

Texto recebido em 14/8/2016 e aprovado em 14/9/2016.
DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2017.119022.